|  |  |
| --- | --- |
| CONSELHO PERMANENTE DA  ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS  COMISSÃO DE ASSUNTOS JURÍDICOS E POLÍTICOS | OEA/Ser.G  CP/CAJP/SA. 688/20  22 junho 2020  Original: espanhol |

Resumo da sessão extraordinária virtual para o intercâmbio de boas práticas no exercício de indicação e seleção de candidatos à Comissão Interamericana de Direitos Humanos e à Corte Interamericana de Direitos Humanos, realizada em 11 de junho de 2020

A reunião foi presidida pelo Embaixador Carlos Alberto Játiva, Representante Permanente do Equador e Presidente da Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos (CAJP) e teve início às 14h39.

O quórum regulamentar foi estabelecido com a presença dos Representantes de Argentina, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Estados Unidos, Guatemala, Guiana, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Santa Lúcia, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela.

A gravação em áudio da reunião encontra-se disponível no seguinte *link*:

<http://scm.oas.org/Audios/2020/CP_CAJP-3538_06-11-2020.MP3>

1. Aprovação do projeto de ordem do dia

A comissão aprovou o projeto de ordem do dia ([CP/CAJP-3538/20](http://scm.oas.org/doc_public/PORTUGUESE/HIST_20/CP42411P03.docx)).

1. Acompanhamento do mandato emanado da resolução AG/RES. 2941 (XLIX-O/19), “Promoção e proteção dos direitos humanos”: Integração equilibrada de gênero e com representatividade geográfica e dos diferentes sistemas jurídicos, da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e da Corte Interamericana de Direitos Humanos

* Intercâmbio de boas práticas em processos de indicação e seleção de candidatos(as) aos órgãos do sistema interamericano de direitos humanos, inclusive informação sobre procedimentos, políticas e práticas vigentes em âmbito nacional, com vistas a promover a paridade de gênero, a não discriminação e o equilíbrio entre as diferentes regiões e sistemas jurídicos do Hemisfério na CIDH e na Corte Interamericana de Direitos Humanos

A juíza Elizabeth Odio Benito, Presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos, iniciou sua intervenção agradecendo à OEA seus esforços para alcançar a paridade absoluta de gênero nos tribunais, começando não só pela Corte Interamericana, mas também por outros órgãos jurisdicionais internacionais e nacionais.

Em seguida, fez um breve relato histórico da integração de alguns dos principais tribunais internacionais, tendo em conta a paridade de gênero, para concluir que atualmente a Corte Internacional de Justiça e a Corte Interamericana de Direitos Humanos são os tribunais com menor representação e paridade de gênero em suas integrações.

Assinalou também que a OEA tem feito esforços para alcançar a paridade de gênero nos órgãos do sistema interamericano de direitos humanos. Nesse sentido, destacou a resolução CP/RES. 1149/20 (2278/20), “Representação e participação das mulheres na OEA”, liderada pelas Delegações de Panamá, México e Costa Rica, aprovada pelo Conselho Permanente em 12 de março de 2020, na qual se fez uma proclamação para aumentar progressivamente a participação e a representação das mulheres em cargos de tomada de decisão na Organização, bem como em todas as comissões, missões, painéis e grupos colegiados, inclusive missões de observação eleitoral, com o objetivo de alcançar a paridade, que se espera que se torne realidade. Referiu-se também ao mandato que fundamentou a convocação da presente sessão extraordinária, bem como à recente proposta apresentada pela delegação da Costa Rica sobre o tema para a consideração da Assembleia Geral em seu próximo período ordinário de sessões. A juíza Odio Benito citou, ademais, como uma boa prática a política de paridade de gênero do Poder Judiciário Federal do México promovida pelo Ministro Presidente da Suprema Corte de Justiça da Nação daquele país, Doutor Arturo Zaldívar.

Em 2021, os Estados membros da OEA proporão candidatos para preencher as quatro vagas que ocorrerão na Corte Interamericana de Direitos Humanos; portanto, essa é uma oportunidade muito boa para propor apenas mulheres e assim alcançar a tão desejada paridade de gênero. Continuar com a tradição da Corte, onde houve apenas cinco juízas em 40 anos, não tem defesa, se estamos falando de direitos humanos, igualdade e não discriminação. Devemos ir mais longe, não só propondo candidatas, mas também incentivando a representação de certos grupos, como as pessoas afrodescendentes e das comunidades indígenas, concluiu a juíza Odio Benito.

A seguir, a Doutora Rosalía Arteaga Serrano, ex-presidente constitucional da República do Equador e presidente-executiva da Fundação para a Integração e o Desenvolvimento da América Latina (Fundação FIDAL), iniciou seu discurso referindo-se à importância do tema da participação das mulheres.

O reconhecimento das minorias e a possibilidade de alcançar espaços de participação equitativa é um tema que vem sendo discutido há muito tempo, assinalou. Na política, se observarmos o panorama atual das mulheres presidentes ou chefes de governo no mundo, veremos que elas representam 10% do total. Portanto, a participação da mulher está longe de ser equitativa e muito menos paritária. Também se tornou evidente nos últimos tempos que, com a questão da pandemia do coronavírus, os países que são governados por mulheres têm tido mais sucesso do que os governados por homens, afirmou a Doutora Arteaga.

Não se trata apenas de denunciar ou de ter leis relativas à participação igualitária ou paritária, mas também de fazer disso uma prática. A Doutora Arteaga mencionou o caso equatoriano como exemplo, referindo-se à legislação e aos programas sobre a participação das mulheres na vida política, administrativa e judiciária em seu país.

Reiterou que não se trata apenas de adotar uma decisão sobre as convocações que se aproximam para a apresentação de candidaturas aos altos tribunais de justiça supranacionais americanos, mas também de como alcançar a paridade efetiva em cada um dos países.

Do ponto de vista da educação, área em que atua no momento, a Doutora Arteaga salientou que a igualdade de opções para todos os seres humanos se consegue influenciando os processos desde a infância até a idade adulta. Crianças e jovens devem estar absolutamente convencidos da necessidade dessa igualdade de opções.

A Doutora Arteaga também relatou que foi vítima de violência política em seu país quando, em 1997, não lhe foi permitido permanecer na Presidência da República do Equador, só pelo fato de ser mulher. Destacou que talvez as mulheres de sua geração tenham uma preocupação muito mais enraizada quanto à paridade, à luta e à igualdade do que as novas gerações, que não tiveram de sofrer em alguns âmbitos, como no de acesso à educação e à universidade.

A América Latina continua sendo o continente mais desigual. Ainda hoje, na maioria dos países, a gravidez na adolescência e o abuso doméstico continuam sendo questões do dia-a-dia. A pandemia do coronavírus permitiu que a violência doméstica aumentasse. Os indicadores revelam que mulheres, homens e famílias estão concentrados em lugares muito pequenos, e isso faz com que tanto mulheres como crianças corram mais riscos, confirmando assim a afirmação de que “para uma mulher o lugar mais perigoso é a sua casa”.

Falar de paridade de gênero nos órgãos do sistema interamericano de direitos humanos e na vida política dos Estados também contribui para conquistar esses espaços no meio acadêmico, no mundo privado e/ou público e, portanto, alcançar maior equilíbrio.

Existem leis de paridade em muitos dos países do Hemisfério. No entanto, isso não se reflete nas composições das instituições, como por exemplo, dos parlamentos. Atualmente, não se vota em mulheres quando são oferecidas opções; as mulheres ainda não são valorizadas em toda a sua dimensão, nas suas capacidades reais. É por isso que a educação é a chave e é para lá que temos de nos dirigir, concluiu a Doutora Arteaga.

O Embaixador Fernando Simas Magalhães, Representante Permanente do Brasil, a Embaixadora Montserrat Solano, Representante Permanente da Costa Rica, o Embaixador Alejandro Ordoñez, Representante Permanente da Colômbia, e o Embaixador Jaime Alonzo Aparicio, Representante Permanente da Bolívia, bem como as Delegações de México, Argentina, Canadá, Estados Unidos, Paraguai, Peru e República Dominicana, agradeceram as apresentações e recomendações feitas pelas painelistas convidadas.

Em suas intervenções, as delegações endossaram o compromisso com a integração equilibrada em gênero e com representatividade geográfica nos diferentes sistemas jurídicos dos órgãos do sistema interamericano de direitos humanos, reconhecendo o progresso alcançado nessa área em diversos órgãos da Organização, especialmente na CIDH.

Algumas delegações concordaram que ainda há um longo caminho a percorrer para alcançar os padrões exigidos pela sociedade, motivo pelo qual apoiarão a promoção de um número maior de candidatas, que permita alcançar a paridade desejada, incluindo candidaturas de pessoas afrodescendentes e de comunidades indígenas.

Também dividiram informações sobre os procedimentos que seguem para a nomeação de candidatos nacionais a cargos em organizações internacionais, alguns de caráter jurisdicional, bem como sobre os mecanismos de avaliação que desenvolvem internamente para a seleção de mulheres candidatas a tais cargos.

Ao final das intervenções, a CAJP tomou nota das apresentações introdutórias feitas pela juíza Elizabeth Odio Benito, presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos, e pela Doutora Rosalía Arteaga Serrano, ex-presidente constitucional do Equador e presidente-executiva da Fundação FIDAL. Ademais, tomou nota das intervenções feitas pelas delegações durante o intercâmbio de boas práticas no exercício de indicação e seleção de candidatos à CIDH e à Corte Interamericana de Direitos Humanos, e acordou informar o Conselho Permanente e a Assembleia Geral sobre o assunto, em conformidade com a resolução AG/RES. 2941 (XLIX-O/19).

Não havendo outros assuntos a tratar, encerrou-se a sessão às 16h.

CP42569P04